

*Um Olhar sobre o Continente:
o Instituto Histórico e Geográfico
Brasileiro e o Congresso Internacional
de História da América*

Lucia Maria Paschoal Guimarães

O ano glorificador de 1922, como para os fastos brasileiro foi o seu correlato histórico, o Ano da Independência de 1822, representa para esta casa um marco (...) e como símbolo de consagração nacional à nossa maior data, lhe foi ainda reservado traçar um arco de aliança e comunhão intelectual entre os povos irmãos do Novo Mundo, expresso no 'Congresso Internacional de História da América', há pouco reunido por iniciativa deste INSTITUTO. (Max Fleiüss)¹

Desde 1898 cogitava-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) dos festejos do centenário da Independência, por sugestão do associado conselheiro Manuel Francisco Correia.² Tudo indica que, ao contrário de Ernest Renan, que manifestou publicamente seu despreço diante das inúmeras obrigações acadêmicas impostas pela comemoração dos cem anos da Revolução Francesa,³ o conselheiro Correia, ex-senador do Império, parecia entusiasmado

Nota: A versão original deste artigo foi apresentada na Fourth Conference of the Brazilian Studies Association (BRASA), realizada em Washington DC, em 15 de novembro de 1997.

com o advento de uma idéia que no último quartel do século XIX se espalhou pelo mundo ocidental. Refiro-me à noção de “centenário”, recém-chegada, também, aos dicionários e enciclopédias, no sentido de “celebrar de uma maneira especial o centésimo aniversário dos grandes fatos”. Sua entronização fora marcada pela passagem de três datas decisivas: 1876 – centenário da Independência Americana; 1889 – centenário da Revolução Francesa; 1900 – centenário do século (Nora, 1993, v. 3: 982).

Os modelos de comemoração contemporâneos sustentam-se e organizam-se a partir de duas noções-chaves: a de centenário e a de geração. Esta última deve ser entendida como “uma reunião de classes de idade, um conjunto de homens e mulheres, cujas idéias, sentimentos, modos de vida são os mesmos, e que se apresentam nas mesmas condições físicas, intelectuais e morais aos fatos e acontecimentos maiores que afetam a sociedade onde estão inseridos”.⁴ De um lado, a unidade mecânica e neutra do suceder dos anos. De outro, a divisão existencial, que dá forma e sentido ao tempo vivido. O centenário, dentro de sua majestade secular, direciona os chamados “encontros aritméticos do calendário”. A geração, por si só, pela multiplicidade de percepções que encerra em torno de uma mesma data, vivifica o encontro. Sem esses dois instrumentos temporais, não existe comemoração. Eles determinam a intensidade do programa comemorativo e sua permanente renovação.

Neste artigo, pretendo examinar como tais premissas se aplicam à passagem do centenário da Independência no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já que entre a indicação do conselheiro Manuel Correia e a concretização da idéia passaram-se 24 anos, tempo suficiente para que a proposta original sofresse uma série de metamorfoses, condizentes com as percepções de uma outra geração de associados que ascendeu à direção do grêmio.

Criado em 21 de outubro de 1838 por um grupo significativo de políticos e intelectuais da corte do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico tinha como objetivos “coligir, metodizar, arquivar e publicar” os documentos necessários para a escrita da história do Brasil.⁵ O trabalho ali desenvolvido nos primeiros anos de existência não ficou restrito ao que Leibniz concebeu como a organização da “memória de papel”,⁶ nem se limitou às atividades de um “atelier de trabalhos científicos”.⁷ Construiu-se a *memória nacional*, tal como essa operação foi definida recentemente por Pierre Nora: “a constituição gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar” (Nora, 1984: XXVI).

A idéia de formar esse “gigantesco e vertiginoso estoque de material”, de que nos fala Nora, encontra-se num ensaio denominado “Lembranças do que devem procurar os sócios (...) para remeterem à sociedade central”, escrito por

Januário da Cunha Barbosa logo após a fundação do grêmio.⁸ Quanto à “necessidade de recordar”, ela seria orientada pelas condições originais em que os integrantes do IHGB, sobretudo os seus fundadores, dialogaram com as circunstâncias históricas.

A presença daqueles homens públicos nos quadros sociais do Instituto não foi meramente decorativa. Dos 27 fundadores, 14 eram políticos de nomeada. Alguns haviam iniciado a carreira por ocasião da Independência, outros ascenderam ao aparato de governo após a Abdicação. No primeiro caso, além das figuras emblemáticas do cônego Januário da Cunha Barbosa e de José Clemente Pereira, encontravam-se os marechais Cunha Matos e Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, que já vinham prestando serviços à Casa de Bragança desde o tempo de dom João VI. A essas personalidades, deve-se acrescentar um conjunto de parlamentares que iniciaram a vida pública na Assembléia Constituinte de 1823: Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Viana, o visconde de São Leopoldo, Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma, José Antônio da Silva Maia e José Antônio Lisboa. No segundo grupo, registram-se os nomes de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa, Joaquim Francisco Viana e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes.

Esses vultos orientaram a realização de todas as atividades da agremiação. A começar pela opção deliberada pela *memória*, em detrimento da *história*, o que significou dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum. Encoberta pelo escudo do discurso da pretensa imparcialidade do historiador, a primeira geração de sócios do Instituto Histórico e seus sucessores teceram a memória nacional tendo como fio condutor a idéia de continuidade (Joutard, 1986: 448). Na sua concepção, o Estado monárquico, instaurado em 1822, apresentava-se como o legítimo herdeiro e sucessor do império ultramarino português (Guimarães, L. M. P., 1994: 135-136). O legado era abrangente, pois que abarcava desde o idioma de Camões até o regime em vigor, passando pelo próprio monarca, representante direto das tradições da Casa de Bragança. À vista desse raciocínio, a antiga metrópole convertera-se em “mãe pátria”, expressão muito cara aos fundadores do Instituto, cujo uso se consagrou ao longo do século XIX.

Subjacente a essa idéia, forjou-se, ainda, o conceito de que a transição do estatuto de colônia para o de país independente foi um processo natural, caracterizado pela ausência de traumas e rupturas. Marca singular, que diferenciava a nação brasileira dos seus vizinhos no continente (Guimarães, M. L. S., 1988: 6-7). Na cartografia dos intelectuais do Instituto, o Império representava uma espécie de ilha de ordem e tranqüilidade, cercada pela “anarquia” e pelos “furores republicanos”, responsáveis pelo fracionamento da América Espanhola.⁹

Impulsionado pelo mecenato de dom Pedro II, o IHGB organizou missões de pesquisadores ao exterior, a exemplo das de Varnhagen, Gonçalves Dias e Joaquim Caetano da Silva, encarregadas de investigar coleções de manuscritos do período colonial que se encontravam sob a guarda de arquivos estrangeiros. Promoveu concursos de monografias, em que se destacou o naturalista alemão Von Martius, laureado pela contribuição "Como se deve escrever a história do Brasil". Manteve intercâmbio com importantes associações européias congêneres, do porte do Instituto Histórico de Paris, da Academia de Ciências de São Petersburgo e da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, sediada em Copenhagen. Colaborou com o Ministério dos Estrangeiros, oferecendo subsídios para os estudos de demarcação de fronteiras. Coletou, arquivou e divulgou um expressivo conjunto de fontes do período colonial, salientando-se as crônicas de Pedro Tâcques de Almeida Paes Leme, de frei Antônio de Santa Maria Jaboaão e de frei Gaspar Madre de Deus. Publicou obras de associados, como Varnhagen, Gonçalves de Magalhães, brigadeiro Machado de Oliveira, Joaquim Norberto e outros tantos autores. A *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, daqui por diante denominada apenas *Revista*, chegou a ser distribuída a 136 sociedades congêneres estrangeiras e, devido à sua periodicidade ininterrupta, recebeu um prêmio internacional no Congresso de História de Veneza, em 1881.

Com o advento da República, porém, a casa da memória nacional enfrentaria sérios percalços, mormente nos anos subseqüentes à Proclamação de 1889. Sem a augusta proteção, os subsídios públicos e as benesses tornaram-se escassos. Ao que parece, os novos donos do poder percebiam no tradicional reduto letrado uma herança típica do *Ancien Régime*. Relembrando os momentos difíceis daquela fase marcada pela estagnação, o político e historiador João Pandiá Calógeras chegou a afirmar: "Não podia perdurar a modorra."¹⁰

Os primeiros indícios de recuperação apareceriam por volta de 1908, quando assumiu a presidência da "casa" um velho associado, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco.¹¹ Tratava-se de um titulado do Império, cujo prestígio não se abalara com o fim da monarquia, e que desde 1902 ocupava ininterruptamente a pasta das Relações Exteriores. No entender de Pandiá Calógeras, aquele acontecimento "avultou novamente o velho grêmio entre as forças intelectuais, no envolver social, renasceu a velha tradição de labor e prestígio".¹²

Paranhos Júnior vinha revolucionando a Chancelaria. Aproximara-se dos Estados Unidos, deslocando o eixo diplomático de Londres para Washington. Sob a sua orientação, demarcaram-se com êxito nossas extensas, vagas e controvertidas fronteiras por meio de acordos amistosos que puseram fim às disputas territoriais, anulando a principal fonte de conflitos entre o Brasil e seus

vizinhos. Rio Branco envidou esforços para integrar o país na chamada “irmandade” das repúblicas do hemisfério, minimizando o afastamento de quase um século, em virtude das instituições monárquicas. Empenhou-se, ainda, no fortalecimento da liderança brasileira nos assuntos latino-americanos, ao mesmo tempo em que tratava de projetar o país na comunidade internacional.¹³

Os reflexos dessa diplomacia pragmática também se fizeram sentir nas atividades do IHGB.¹⁴ Se ao longo do século XIX, conforme já se salientou anteriormente, haviam prevalecido os vínculos culturais com sociedades congêneres européias, sob a presidência do barão do Rio Branco o Instituto Histórico procurou intensificar o intercâmbio formal com outras instituições científicas do Novo Mundo. Ao mesmo tempo, intelectuais, políticos e diplomatas do continente ascenderam aos quadros sociais do grêmio, a exemplo dos argentinos Ramon Carcano e Julio Fernandez, dos uruguaios José Salgado e Lucas Ayarragaray ou, ainda, do norte-americano Henry Lang, passando a freqüentar as suas sessões ordinárias com maior assiduidade.

Iniciada pelas mãos de um barão, essa segunda caminhada ascendente do Instituto teve sua continuidade garantida por obra de um conde agraciado pela Santa Sé, o dr. Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, que sucedeu àquele em 1912.¹⁵ Se o primeiro fizera das relações interamericanas um sistema, o segundo tomou-as como um programa de trabalho (Fleiuss, 1941, v. 2: 141).

No período de 1910-1920, os meios beletristas vivenciavam uma fase de efervescente reafirmação dos sentimentos cívicos. À medida que crescia o apostolado do patriotismo, reflexo da Primeira Guerra Mundial, tomava corpo uma onda de interesse pelas questões continentais. Para alguns setores da nossa intelectualidade, o conflito europeu seria percebido como uma espécie de prelúdio de uma nova era, na qual caberia ao Brasil o papel de organizador da união latino-americana.¹⁶ Subjacente à febre de “brasilidade”,¹⁷ cultivava-se a idéia de desenvolvimento de uma política de solidariedade americana, tal como apareceria no “programa de combate” enunciado no conhecido “panfleto nacionalista”, o *Gil Blás* (Martins, 1978, v. 6: 192).

Os ventos do culto à nacionalidade também sopravam dos lados do silogeu, como bem o demonstra a realização do Primeiro Congresso de História Nacional em setembro de 1914.¹⁸ Nesse mesmo ano, a *Revista* imprimiu o *Dicionário de brasileirismos* de Rodolfo Garcia, composto especialmente para suprir deficiências e lacunas do léxico português de Cândido Figueiredo. Publicou-se, logo em seguida, o inédito de Francisco Adolfo de Varnhagen, *História da Independência do Brasil*, anotada pelos sócios barão do Rio Branco e Rodolfo Garcia, bem como a festejada conferência de Max Fleiüss, *Francisco Manuel e o Hino Nacional*. Afora esses lançamentos editoriais, o Instituto Histórico havia instituído uma Faculdade de Filosofia e Letras, paralela à Escola de Altos

Estudos, que funcionou até 1920, denunciando a inexistência de uma universidade brasileira. Por aquela mesma época, os associados Manuel de Oliveira Lima e Delgado de Carvalho cogitavam abrir uma Escola de Ciências Políticas vinculada ao IHGB. Generalizara-se, no Instituto, a crença de que era preciso revelar o Brasil aos brasileiros pelo caminho das letras, conforme já havia sentenciado em 1911, no seu discurso de posse, outro conhecido defensor do ideário nacionalista, o associado Alberto Torres.¹⁹ Qual um maestro, à frente daquele coro de vozes afinadas, o conde de Afonso Celso, autor do livro *Por que me ufano do meu país*, já era reconhecido publicamente como o “chefe venerável do nacionalismo brasileiro”.²⁰

A proposição de organizar um Congresso Internacional de História da América como parte das comemorações do centenário da Independência surgiu justamente durante aquele certame promovido em 1914, apresentada por Afonso Arinos e Max Fleiüss. A presidência do Instituto imediatamente encampou a proposta, apressando-se em nomear uma comissão executiva encarregada de planejar o evento.²¹ Nossos historiadores tencionavam convocar seus pares do continente para uma reflexão conjunta sobre os destinos do Novo Mundo. A data aprazada para o encontro, por sua vez, não poderia ser mais emblemática: a semana de 7 a 15 de setembro de 1922.

A iniciativa representava um marco na trajetória do Instituto Histórico. Desta feita, buscava-se encontrar nos domínios de Clio um denominador comum ao Brasil e aos demais países americanos, “cuja história, na era pré-colombiana, na colonização, nas lutas da independência, na evolução geral, apresenta numerosos lances idênticos aos da história brasileira”.²² Ultrapassava-se, portanto, aquela construção de uma memória nacional, forjada no próprio Instituto ao longo do século XIX, que estabelecia os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira somente enquanto herança européia.

Alvo de um planejamento cuidadoso, o Congresso contou com o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores e da União Pan-Americana, além da colaboração de um delegado especial da República Argentina, o dr. Ricardo Levene, decano da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de La Plata. O programa oficial, bastante ambicioso, previa a realização de 30 seções de trabalho. A primeira, dedicada ao estudo da história geral do continente, objetivava oferecer subsídios para o “conhecimento recíproco dos povos que habitam o Novo Mundo”. As demais deveriam abordar, de per si, “todas as partes em que, politicamente, está dividida a América”, constituídas por Estados independentes, colônias e domínios insulares, consoante os seguintes campos da história: história geral; história das explorações geográficas, arqueológicas e etnográficas; história constitucional e administrativa; história econômica; história militar; história literária e das artes.²³

Aberto em 7 de setembro de 1922 pelo presidente da República Epitácio Pessoa,²⁴ com a presença do secretário de Estado norte-americano Charles Evans Hughes, o Congresso reuniu cerca de 200 participantes, sendo que 83 provinham de 17 diferentes localidades do continente – um indicativo de que a convocação do Instituto Histórico obtivera uma resposta positiva nos círculos intelectuais americanos. As delegações mais numerosas eram originárias da Argentina e dos Estados Unidos, ambas integradas por um conjunto expressivo de professores universitários, como poderá ser constatado no quadro anexo. Do Velho Mundo, acorreram representantes da Suíça, da Inglaterra e da França. Neste último caso, é significativo ressaltar o comparecimento do professor Ernest de Martinenche, do Ministério da Instrução Pública, prefaciador da edição francesa da obra *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, de Oliveira Lima.²⁵

Os sintomas dessa acolhida favorável transpareceriam, ainda, nas inúmeras manifestações de apreço ao empreendimento do Instituto. Afinal, tratava-se do primeiro evento do gênero realizado em terras americanas. Segundo o general Cuervo Marquez, da Academia de História de Bogotá, o Congresso havia sido “*llamado por su indole a dar mayor intensidad á las relaciones de franca amistad que hoy legan á las naciones de nuestro Continente, y á estimular el sentimiento de americanismo*”.²⁶ Dos mesmos sentimentos partilhava o professor peruano Pedro Dulanto, da Universidad Mayor de San Marcos de Lima, que considerou o encontro “*de incalculable significación para la necesaria solidaridad espiritual de América*”.²⁷ Opinião semelhante apareceria externada no comunicado conjunto, expedido pelos delegados canadenses: “sedimentara-se o caminho intelectual entre nações irmãs todas as quais têm em vista os mesmos ideais”.²⁸

Do ponto de vista das relações internacionais, o certame constituiu-se num sucesso. No que se refere à esfera acadêmica, também deixou um saldo promissor. Apresentaram-se 115 comunicações, todas submetidas previamente aos comitês específicos de avaliação, encarregados de emitir parecer sobre o mérito das obras inscritas. A *Revista* publicou um número especial, denominado *Anais do Congresso Internacional de História da América*, composto de nove alentados volumes, em que foram divulgados 99 trabalhos. Autores estrangeiros assinaram cerca de um terço dos textos editados.

Apesar da heterogeneidade dos temas abordados, que contemplavam desde estudos paleográficos sobre as sociedades pré-colombianas²⁹ até episódios recentes da diplomacia continental,³⁰ alguns pesquisadores procuraram focalizar problemáticas comuns aos países americanos, consoante a filosofia expressa pelos organizadores do Congresso. A monografia da dra. Mary Wilhelmine Williams sobre o trabalho escravo, por exemplo, buscava traçar um paralelo entre a condição dos cativos no Brasil e nos Estados Unidos,³¹ enquanto o texto do professor Percy Alvin Martin cotejava os desdobramentos políticos e sociais

decorrentes da descoberta do ouro em Minas Gerais e na Califórnia, identificando-lhes as semelhanças.³² Outros estudiosos dedicaram-se a examinar questões pontuais, envolvendo o relacionamento de seus países com o Brasil, como foi o caso dos norte-americanos Andrew Clevon e Charles Lyon Chandler,³³ além dos argentinos Mariano de Vedia y Mitre e Ricardo Levene.³⁴

Entre os brasileiros, no entanto, a opção por temáticas integradoras seria muito mais rara. Privilegiou-se, em geral, a história nacional, afóra umas poucas análises de história militar voltadas para o exame da atuação do Império nas campanhas platinas. Apenas o jovem Pedro Calmon, naquela ocasião considerado um historiador de futuro, aventurou-se a estabelecer articulações entre a história pátria e a da América. O professor baiano questionou as possíveis influências do pensamento político norte-americano nos postulados defendidos pelos implicados na Conjuração Mineira. Concluiu que, malgrado as incontestáveis pretensões republicanas, seu ideário inspirava-se na cultura política francesa. Segundo Calmon, “os inconfidentes conheciam pessimamente cousas e idéias da outra América”.³⁵

Se a idéia de compartilhar com vizinhos americanos as comemorações do centenário da Independência, por si só, já significava uma brecha por onde se vislumbrava a perspectiva de acrescentar novos elementos à memória nacional, a direção do Instituto Histórico foi ainda mais longe na segunda reunião plenária do Congresso. Nessa sessão, o conde Afonso Celso submeteu aos seus pares um programa de trabalho coletivo intitulado “Anteprojeto de bases para a elaboração da História da América”. Ou seja, planejava-se a produção de uma grande síntese da “marcha evolutiva da civilização no continente americano”, acentuando, sobretudo, “os seus pontos comuns”.³⁶

A proposta foi aceita por unanimidade, sendo nomeada uma comissão internacional encarregada emitir parecer sobre a viabilidade do empreendimento e oferecer sugestões para a sua realização.³⁷ Nesse sentido, previu-se o levantamento de recursos projeto ao grêmio do Rio de Janeiro. Acordou-se, ainda, que seriam instituídos comitês locais nos países que aderissem ao plano, com o objetivo de designar os autores comissionados e acompanhar o andamento das atividades. Os trabalhos deveriam estar concluídos por ocasião do Segundo Congresso Internacional de História da América, cuja abertura foi aprazada, de antemão, para 12 de outubro de 1925 na cidade de Buenos Aires.

No “Anteprojeto” de Afonso Celso, a obra coletiva deveria desdobrar-se em 38 capítulos, ordenados segundo campos de investigação abrangentes e, em certos casos, bastante arrojados para a época, incorporando as contribuições da geografia, da sociologia e da economia.³⁸ Cabe aqui destacar o capítulo 37, destinado ao estudo da “Vida privada e social. Organização familiar”, item que

certamente mereceria os aplausos dos futuros mentores da *“nouvelle histoire”*. O corte temporal pretendido não era menos ambicioso: estendia-se desde o período pré-colombiano até o final do século XIX.³⁹

Atualizando o sentido da comemoração do centenário da Independência por meio do Congresso Internacional de História da América, cujo ponto culminante foi, sem dúvida, o lançamento de um “Plano da História Geral da América”, os intelectuais do Instituto Histórico incorporavam, finalmente, o Brasil ao Novo Mundo. Segundo a avaliação de Max Fleiüss, um dos idealizadores do Congresso Internacional de História da América, “assembléias como essa são certamente, mais ainda que as relações diplomáticas e os tratados de paz, o melhor meio das nações americanas formarem entre si uma consciência comum”.⁴⁰ A Terra de Santa Cruz, por conseguinte, já não se constituía mais num corpo estranho, encravado no continente descoberto por Colombo. Se a chamada “comunhão intelectual” parecia ser a via mais promissora para essa integração, a história se afirmava como o fio condutor ideal.

Quanto à produção da obra coletiva, apesar dos esforços dos nossos letrados, não foi concretizada. Ao que tudo indica, o projeto acabou extrapolando a esfera acadêmica e perdeu-se no cipoal da diplomacia. A Terceira Conferência Internacional de Estudos Americanos, reunida em Havana em 1926, resolveu criar um órgão de cooperação entre as instituições científicas americanas no sentido de coordenar, distribuir e divulgar os estudos de história e geografia do continente – o Instituto Pan-Americano de Geografia e História.⁴¹ Passava, portanto, para a alçada dessa nova entidade, sediada na cidade do México, a incumbência de dar andamento ao plano do IHGB. Como prêmio de consolação, restou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promover a assembléia inaugural do organismo recém-criado, em 27 de dezembro de 1932.

Anexo

Congresso Internacional de História da América Relação dos Representantes Estrangeiros

País	Representante	Filiação institucional
Argentina	Eufrásio Lucas	Governo argentino
	Enrique Loudet	Ateneu Hispano-Americano
	Guillermo Garcia Diaz	Biblioteca Americana
	Mariano de Vedia y Mitre	Fac. Direito/Univ. de Buenos Aires
	Enrique Jorge	Fac. Direito/Univ. de Buenos Aires
	Mário Saenz	Univ. Nacional de Buenos Aires
	José Arce	Univ. Nacional de Buenos Aires
	Emilio Ravignani	Fac. Filosofia/Univ. de Buenos Aires
	Alfredo Palacios	Univ. Nac. de Buenos Aires/Univ. La Plata

País	Representante	Filiação institucional
Argentina	Ricardo Levene	Univ. Nac. de Buenos Aires/Univ. La Plata
	Juan C. Rébora	Junta de História e Numismática/ Univ. Nac. de Buenos Aires/Univ. La Plata
	Benito A. Nazar	Univ. Nacional de La Plata
	Anchorena	Univ. Nacional de La Plata
	Enrique Ruiz Guinazu	Junta de História e Numismática
	Salvador Debenedetti	Junta de História e Numismática
	Martin Noel	Junta de História e Numismática
	Herman Gomez	Academia Americana de História
	Miguel Pereyra	Academia Americana de História
	Nicanor Busto	Academia Americana de História
	Francisco V. Silva	Academia de Córdoba
	A. Rodriguez Busto	*
	Romulo de Carbia	Fac. Humanidades/Univ. de La Plata
	Carlos Correa Luna	Fac. Direito/Univ. de Buenos Aires
	Anibal Cardoso	Fac. Filosofia/Univ de Buenos Aires
	Juan Canter (hijo)	Fac. Filosofia/Univ de Buenos Aires
	Jorge Cabral Texo	Fac. Direito/Univ. de Buenos Aires
Eloi Fariña Nuñez	Fac. Filosofia/Univ de Buenos Aires	
J. M. Eizaguirre	Fac. Filosofia/Univ de Buenos Aires	
Luis Maria Torres	Fac. Filosofia/Univ de Buenos Aires	
Bolívia	Carlos Blanco Galindo	
	Alberto Gutierrez	
Canadá	Oscar Skelton	Univ. de Queen
	Gustave Lanctot	*
	Arthur C. Doughty	*
Chile	Tomás Guevara	Conselho de Instrução do Chile/Univ. Chile
	Santéz M. Vicuña	Soc. Histórica e Geográfica de Santiago
Colômbia	Carlos Cuervo Marquez	Governo/Academia de História de Bogotá
	Max Grillo	Academia de História de Bogotá
Cuba	Enrique Perez Cisneros	Governo
Equador	Carlos A. Rolando	
	Remgio Romero León	
Estados Unidos da América do Norte	Andrew N. Clevén	Univ. de Pittsburg/ American Historical Association
	Leon B. Frey	Univ. da Pensilvania
	William H. Has	Univ. de Northwestern
	Isaac John Cox	Univ. de Northwestern
	Herman C. James	Univ. do Texas
	Herbert Harris	Univ. de Princeton
	R. C. Valento	Univ. de Princeton
	Edwin V. Morgan	Univ. Harvard
	Jesse Knight	Univ. Harvard
	Charles Chandler	Univ. Harvard/ Florida Historical Society/ American Hist. Association
	Percin Alvin Martin	Univ. Stanford
	Alfred Coister	Univ. Stanford
	Horace Williams	Univ. Stanford
	William Lytle Schurz	Univ. California
	Walter Hough	Smithsonian Institution
	Mary Wilhelmine Williams	Goucher College/Maryland

País	Representante	Filiação institucional
França	Ernest Martinenche	Ministério da Instrução Pública
	Prof. Le Gentil	Ministério da Instrução Pública
	Jules Claine	Sociedade dos Americanistas de Paris
Grã -Bretanha	John Tilley	Governo
Guatemala	Máximo Soto Hall	Governo
	C. A. Faller	Governo
	José Regadas Vertiz	Diretoria de Antropologia
	Afonso Tóro	Secretaria de Fomento
	Ricardo Gomez Robledo	Governo
México	Juan de Dios Robledo	Universidade do México
	Jesus Galindo y Villa	Soc. Mexicana de Geografia e Estatística
	Ramon Mena	*
	Paulino Machorro y Narvaez	Ordem Mexicana de Advogados
	Antonio de La Peña y Reyes	*
	R. J. Kinsman Benjamin	Governo
Nicarágua	Alonzo Caiado	Governo
Panamá	Modesto Guggiari	Governo
Paraguai	Clemente Rice	*
Peru	José de la Riva Agüero	*
	Pedro Dulanto	Univ. de San Marcos
	Albert Gertsch	Governo
Suíça	José Salgado	Governo
Uruguai	Carlos Travieso	Governo
	Diego Carbonell	Governo
Venezuela	B. Tavera-Acosta	
	Henry de Sola	

Notas

1. Max Fleiüss, "Relatório do secretário perpétuo", *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 92: 571, 1922.

2. Idem, ib.

3. Ver Ernest Renan, "Réponse au discours de réception de Jules Chrétien à l'Académie Française", 21 février 1889, *apud* Pierre Nora, "L'ère de la commémoration", in Nora (1993, v. 3: 982-983).

4. Yves Renouard *apud* Pierre Nora, "La génération", in Nora (1993, v. 1: 938).

5. "Extrato dos estatutos", *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro: 1: 18-19, 1839.

6. Leibiniz, *apud* Pierre Nora, "Entre mémoire et histoire", in Nora (1984: XXVI).

7. Ernest Renan, *apud* Blandine Barret-Kriegel (1988: 9).

8. Januário da Cunha Barbosa, "Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central", *Revista do IGHB*, Rio de Janeiro, 1(4): 128-130, 1839.

9. Manoel de Araújo Porto-Alegre, "Discurso", *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 11, 1848.

10. Calógeras, *apud* Max Fleiüss (1941, v. 1: 51).
11. O barão do Rio Branco foi admitido como sócio do IHGB em 1867.
12. Calógeras, *apud* Max Fleiüss (1941, v. 1: 51).
13. Ver Nanci Leonzo, “A gaveta do Barão”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 39: 351-359, abril/junho de 1996.
14. Ver A. Tavares de Lyra, “Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 186: 3-38, 1945, e Nanci Leonzo, *op. cit.*
15. Ver o verbete “Afonso Celso” in *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros; sócios falecidos entre 1921-1961*, v. 3, p. 128-130.
16. Ver José Antonio Nogueira, *apud* Wilson Martins (1978, v. 6: 260).
17. A expressão é de Afonso Celso.
18. Ver *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1914-17, 5 vol.
19. Alberto Torres, “Discurso de posse”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 74 (124): 704, 1911.
20. A expressão é de Wilson Martins (1978: 191).
21. Inicialmente, formavam a Comissão Executiva do Congresso Internacional de História da América, nomeada pelo conde Afonso Celso em 28 de setembro de 1914, 42 associados, destacando-se John Casper Branner, Ramon J. Carcano, Julio Fernandez, Lucas Ayarragaray, B. F. de Ramiz Galvão, Epitácio Pessoa, José Vieira Fazenda, Max Fleiüss, Manuel Cícero Peregrino, Manuel de Oliveira Lima, João Pandiá Calógeras, Norival Soares de Freitas, Olympio Viveiros de Castro, Alfredo Valadão, Edgard Roquette Pinto, barão de Studart, José Carlos Rodrigues, Afonso d’Escragnolle Taunay e Afonso Arinos de Melo Franco.
22. Afonso Celso, “Discurso de abertura do Congresso Internacional de História da América”, *Anais do Congresso Internacional de História da América*, Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1925, v. 1, p. 44.
23. Ver o “Regulamento geral do Congresso Internacional de História da América”, *ibidem*, p. 13-18.
24. Epitácio Pessoa era sócio atuante do IHGB, onde fora admitido em 1901.
25. Ver Ernesto Martinenche, “Prefácio da edição francesa”, in Lima (1997: 17-20).
26. *Anais do Congresso...*, *op. cit.*, p. 57.
27. *Ibidem*, p. 55.
28. *Ibidem*, p. 239.
29. Veja-se, por exemplo, Robert Lehmann Nitsche, “El altar mayor del templo del Sol en el Cuzco”, *ibidem*, p. 851-862.
30. José Salgado, “El Uruguay y la doctrina del arbitraje amplio”, *ibidem*, v. 2, p. 153-198.
31. Mary Wilhelmine Williams, PhD, “The treatment of negro slaves in the Brazilian Empire: a comparison with the United States of America”, *ibidem*, p. 270-292
32. Percy Alvin Martin, “Minas Gerais and California: a comparison of certain phases of their historical and social evolution”, *ibidem*, v. 2, p. 250-270.
33. Andrew Clevon, “James Watson Webb, United States Minister to Brazil (1861-1869)”, *ibidem*, p. 293-394, e Charles Lyon Chandler, “Commercial relations between United States and Brazil (1798-1812)”, *ibidem*, p. 395-414.
34. Mariano de Vedia y Mitre, “El Brasil en Caseros”, *ibidem*, v. 2, p. 255-268, e Ricardo Levene, “Tratado de comercio franco entre el Brasil y el virreynato del

Rio de la Plata, en 1808”, *ibidem*, p. 449-454.

35. Pedro Calmon, “A América não pode viver de sua própria história”, *ibidem*, v. 5, p. 505-525.

36. *Ibidem*, v. 1, p. 57.

37. O comitê era integrado por Mariano Mitre e Juan Reborá (Argentina), Cuervo Marques (Colômbia), Pedro Dulanto (Peru), Andrew Clevén (Estados Unidos), Soto Hall (Guatemala), Arthur Doughty (Canadá), Carlos Travieso (Urugai), além dos brasileiros Tavares de Lyra, Aurelino Leal, Levi Carneiro e Jônatas Serrano.

38. *Anais...*, *op. cit.*, v. 1, p. 57.

39. Ver “Anexos à ata da 2ª sessão plena”, *ibidem*, v. 1, p. 188-190.

40. Max Fleiüss, “Congresso Internacional de História da América”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 92 (146): 582, 1922.

41. *Assembléia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História*. Rio de Janeiro, *Revista do IHGB*, tomo especial, 1933, vol.1, p. 5.

FLEIÜSS, Max. 1941. *Recordando... (Casos e perfis)*. Imprensa Nacional.

GUIMARÃES, Lucia Maria P. 1994. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutoramento.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. 1988. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1(1).

JOUTARD, Philippe. 1986. “Mémoire collective”, in BURGUIÈRE, Alain (org.). *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris, PUF.

LIMA, Oliveira. 1997. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks.

MARTINS, Wilson. 1978. *História da inteligência brasileira (1915-1933)*. São Paulo, Cultrix.

NORA, Pierre, org. 1984. *Les lieux de mémoire. La République*. Paris, Gallimard.

———. 1993. *Les lieux de mémoire. Les France*. Paris, Gallimard, 3 vol.

Referências bibliográficas

BARRET-KRIEGEL, Blandine. 1988. *Les académies de l'histoire*. Paris, PUF.

(Recebido para publicação em novembro de 1997)